

André Machado Maya

JUIZ DE GARANTIAS

Fundamentos, origem e análise da Lei 13.964/19



tirant
lo blanch

2020



Copyright©

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Renata Milan

Imagem da Capa: Jason Leung

M42 Maya, André Machado

Juiz de garantias : fundamentos, origem e análise da lei 13.964/19
/ André Machado Maya. – 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2020.
148 p.

ISBN: 978-85-9477-487-3

1. Regulamentação do juiz de garantias
- Brasil. 2. Fundamentos. I. Título.

CDU: 343.1(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§. Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



**tirant
loblanch**

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Nove de Julho nº 3228, sala 404, ed. First Office Flat

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP

CEP: 01406-000

www.tirant.com/br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
Fábio Roque Sbardelotto	
PREFÁCIO	15
Fauzi Hassan Choukr	
INTRODUÇÃO	19
1. FUNDAMENTOS	23
1.1 A jurisdição como poder contramajoritário	24
1.2 O direito de ser julgado por um juiz imparcial.	29
1.3 A contaminação subjetiva do juiz prevento	33
2. ORIGEM	49
2.1 Precedentes supranacionais: os julgados do Tribunal Europeu de Direitos Humanos	49
2.2 As reformas processuais penais na Europa: os casos de Itália e Espanha.	63
2.3 As reformas processuais penais latino-americanas: o caso do Chile.	78
3. ANÁLISE DA LEI 13.964/19	87
3.1 A previsão do juiz de garantias no projeto legislativo de reforma global do Código de Processo Penal	87
3.2 A regulamentação do juiz de garantias na Lei 13.964/19	90
3.2.1 Atribuições	92

3.2.2	Recebimento da denúncia ou queixa	106
3.2.3	Delimitação de competência	110
3.2.4	A regra de impedimento	119
3.2.5	A hipótese legal de rodízio de magistrados.	121
3.2.6	A curadoria dos autos do Inquérito Policial	124
3.2.7	Designação do juiz de garantias e a tutela da imagem dos presos	125
3.3	Direito Intertemporal	126
3.4	As ADIs nº 6298, 6299 e 6300 e a evidente constitucionalidade do juiz de garantias.	130
3.5	A necessidade do juiz de garantias no processo penal brasileiro	134
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	143